Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e cinco, realizou-se no Auditório do *Campus* São Cristóvão I a Assembleia Geral Ordinária da ADCPII – Associação de Docentes do Colégio Pedro II – com a seguinte pauta: informes; prestação de contas do período de julho de 2014 a junho de 2015; regulamentação da atividade docente no CPII; encaminhamentos. A assembleia começou com o momento de informes. A professora Cristina Galvão informou que esteve na posse da nova diretoria da ASDUERJ – Associação de Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – no último dia vinte e sete e que registrou a presença da ADCPII. A professora Teresa Ventura informou que a CPPD regulamentou a questão do período mínimo em que os(as) professores(as) têm de estar no regime de trabalho sob o qual devem se aposentar: cinco anos. Informou também que foi escrita pela CPPD uma carta aberta ao Reitor sobre o assédio moral a servidores em Realengo I, sobre a demora na avaliação de servidores para fins de progressão, sobre o estágio probatório e outros assuntos. A professora Elena Martins conseguiu transferência do *Campus* Realengo I para o *Campus* São Cristóvão I. As professoras Rita e Glória também solicitaram transferência. Passando ao segundo item da pauta, a prestação de contas, a professora Gláucia, tesoureira da ADCPII, apresentou os balancetes de julho de 2014 a junho de 2015 e solicitou que todos os analisassem. Depois de alguns esclarecimentos prestados à assembleia, as contas foram aprovadas por unanimidade. Passou-se ao próximo ponto de pauta: a regulamentação da carga horária docente. A professora Márcia Maretti disse que estamos com dificuldade de chegar a alguma conclusão sobre essa questão pelas nossas especificidades como Escola de Educação Básica. A professora Cristina disse que o CPII, em dois mil e doze, foi equiparado aos IFEs e que desde então temos de ter respeitada a distribuição da carga horária entre ensino, pesquisa e extensão. Afirmou também que temos exemplos de escolas, como os Caps, que realizam trabalhos de ótima qualidade com 12 tempos semanais de aula para os docentes. Márcia disse que a distribuição da carga docente deve estar relacionada ao tipo de trabalho que cada um gosta de fazer e que, além disso, cada segmento tem as suas especificidades. Denise Sayde disse que a missão do CPII é a Educação Básica mas que a Lei 12 772 muda isso; que a produtividade passa a ser um valor e ficam supervalorizados a DE e o Doutorado. Denise então pergunta: nesse contexto, como se faz pesquisa e extensão no CPII? Acha que a portaria 475 não consegue dar esse passo de entendimento, pois quando trata do regime de tempo integral não prevê mecanismos que possibilitem também a pesquisa e a extensão. A professora Ana de Oliveira disse que o problema só vai ser enfrentado quando encararmos o fato de que vinte por cento dos(as) professores(as) do CPII estão fora da sala de aula. Houve a sugestão de que a CPPD emitisse um parecer técnico sobre os regimes de trabalho, pois contribuiria muito. A professora Teresa disse que o Reitor esteve em Brasília para discutir a quantidade de professores, justificando a quantidade que temos hoje e solicitando que ampliemos o número relativo à relação professor/aluno. Foi feita a sugestão de se encaminhar ao CONSUP o pedido para que se realize uma Audiência Pública no Colégio sobre a regulamentação do trabalho docente. Em seguida passou-se ao último ponto da pauta, encaminhamentos. Decidiu-se que haveria no dia seguinte uma reunião para elaborar propostas para apresentar à audiência pública. Deliberou-se também a realização de uma Assembleia Extraordinária da ADCPII no mês de novembro de 2015 para tratar das eleições para a nova Diretoria da entidade, bem como para o novo Conselho de Representantes. Nessa assembleia, será composta a Comissão Eleitoral que cuidará do processo das eleições.